

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

266 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 1 a 27 de março de 2026

1. MINI SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Debate sobre o Conselho Europeu de 19 de março	1
Acordo comercial UE-Estados Unidos da América	1
Debate sobre o impacto da ação militar no Médio Oriente e a segurança energética	2
Regulamento sobre Inteligência Artificial	2
Migrações - posição do PE sobre o regulamento relativo aos regressos	3
Outros debates e decisões	3
Outros debates recentes:	3
2. MERCOSUL - ENTRADA EM VIGOR PROVISÓRIA DO ACORDO	3
3. IMPLICAÇÕES DA PROPOSTA DE QFP 2028–2034 PARA A POLÍTICA DE COESÃO	4
4. UE - AUSTRÁLIA: ACORDO DE COMÉRCIO LIVRE / SEGURANÇA E DEFESA	5
5. COMISSÃO EUROPEIA	5
Comissão lança programa AGILE para acelerar inovação no domínio da defesa	5
Comissão lança estratégia europeia integrada contra incêndios florestais	5
Plataformas pornográficas sob investigação por violação do DSA	6
UE prepara adesão como membro fundador do Tribunal especial para a Ucrânia	6
6. ELEIÇÕES LEGISLATIVAS NA DINAMARCA	6
7. ELEIÇÕES LEGISLATIVAS NA ESLOVÉNIA	7
8. ORDEM DE MÉRITO EUROPEIA	8
9. COOPERAÇÃO PARLAMENTAR BILATERAL PORTUGAL-ESPANHA: CAE	9
10. CONFERÊNCIA “DESINFORMAÇÃO E DEMOCRACIA	9
11. REUNIÕES DO CONSELHO	10
12. AGENDA	10
Conselho Europeu	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da UE	10

1. MINI SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU

Teve lugar esta semana, em Bruxelas, uma mini-sessão plenária do Parlamento Europeu (PE), cuja agenda integral está disponível [aqui](#).

Debate sobre o Conselho Europeu de 19 de março

O Parlamento Europeu debateu, em sessão plenária, os *resultados da reunião do Conselho Europeu de 19 de março*, com a presença do Presidente do Conselho Europeu, António Costa, e de Valdis Dombrovskis, pela Comissão Europeia (detalhe [aqui](#)). Apesar de mais curto do que o habitual, o debate incidiu sobre o apoio financeiro da UE à Ucrânia, a situação no Médio Oriente e o impacto nos preços da energia, bem como a agenda de competitividade e aprofundamento do Mercado Único. António Costa (discurso [aqui](#)) reiterou o compromisso com “*o apoio ao multilateralismo, ao direito internacional e às Nações Unidas*”, sublinhando que o contexto geopolítico atual exige uma agenda mais ambiciosa. Destacou a iniciativa “*One Europe, one Market*”, incluindo a eliminação de barreiras, o reconhecimento de qualificações, o “*28.º regime*” e a União da Poupança e dos Investimentos, defendendo simultaneamente a continuidade da descarbonização — “*o caminho que escolhemos é o correto*” — ainda que com medidas temporárias para mitigar os preços da energia.

No que respeita à Ucrânia, António Costa reafirmou o apoio “durante o tempo que for necessário”, rejeitando situações de “*chantagem*”, enquanto Valdis Dombrovskis sublinhou que a UE é o maior doador e manifestou disponibilidade para implementar o empréstimo logo que haja acordo, defendendo também novas sanções e afirmando que “*o futuro da Ucrânia está na União Europeia*”. Apelou ainda à desescalada no Médio Oriente, à proteção dos civis e ao acesso humanitário, destacando que “*a segurança de Chipre é a segurança da União*”. No plano económico e energético, anunciou medidas sobre preços da energia, incluindo auxílios de Estado, redes elétricas, fiscalidade e eventual revisão do ETS, bem como uma futura “*roadmap*” para o Mercado Único. O debate revelou forte polarização, com críticas ao bloqueio húngaro e apelos à superação da unanimidade, mas também apoio à agenda de competitividade; persistiram divisões quanto ao Médio Oriente e às políticas climáticas, incluindo críticas à intervenção dos EUA e de Israel, propostas de suspensão do Acordo UE-Israel e divergências sobre o impacto do ETS e o ritmo da transição energética.

Acordo comercial UE-Estados Unidos da América

O Parlamento Europeu adotou a sua posição negocial sobre duas propostas legislativas destinadas a implementar os aspectos pautais do acordo comercial UE-EUA, alcançado politicamente no verão de 2025 (detalhe [aqui](#) e briefing sobre o acordo [aqui](#)). A votação conferiu ao Parlamento mandato para iniciar negociações interinstitucionais, tendo o relator Bernd Lange (S&D) sublinhado que os Deputados apenas aceitarão as concessões comerciais se estas forem acompanhadas de “*salvaguardas muito sólidas e claras*” e após o cumprimento integral dos compromissos por parte dos Estados Unidos.

Os principais pontos da posição do Parlamento Europeu são:

- Eliminação da maioria dos direitos aduaneiros sobre produtos industriais dos EUA e acesso preferencial ao mercado europeu para produtos agrícolas e do mar.
- Cláusula suspensiva reforçada, permitindo suspender preferências se os EUA introduzirem novas tarifas, excederem o teto de 15% ou adotarem medidas de coerção económica ou discriminação.
- Cláusula “sunrise”, condicionando a aplicação das concessões ao cumprimento prévio dos compromissos tarifários por parte dos EUA.
- Cláusula de caducidade até 31 de março de 2028, garantindo controlo parlamentar sobre eventual prorrogação.

- Mecanismo de salvaguarda para proteger a indústria europeia em caso de aumento significativo das importações provenientes dos EUA.

Debate sobre o impacto da ação militar no Médio Oriente e a segurança energética

No contexto da escalada das tensões no Médio Oriente e da perturbação do Estreito de Ormuz, o Parlamento Europeu debateu a segurança energética da União, destacando a sua vulnerabilidade a choques externos nos preços da energia. Em representação do Conselho, Marilena Raouna sublinhou que, embora não exista “uma ameaça imediata ao abastecimento”, a situação exige unidade europeia e medidas direcionadas e sustentáveis, confirmando como prioridade o avanço do European Grids Package. Pela Comissão, Dan Jørgensen identificou a dependência de combustíveis fósseis como o problema estrutural da UE, comparando o seu agravamento a “tratar a diabetes aconselhando o paciente a comer mais açúcar”, defendendo o ETS e anunciando um reforço de 30 mil milhões de euros para apoiar a descarbonização. O debate evidenciou, contudo, divisões políticas quanto às respostas de curto prazo: enquanto PPE, S&D, Renew e Verdes defenderam a aceleração da transição energética, PPE e Renew apelaram a uma abordagem “tecnologicamente neutra”, incluindo a energia nuclear, S&D e Verdes propuseram impostos extraordinários sobre os “gigantes dos combustíveis fósseis”, e PFE, ECR e ESN criticaram o Pacto Ecológico e o ETS, chegando alguns a defender o regresso às importações de energia russa.

Regulamento sobre Inteligência Artificial

No âmbito do [pacote de simplificação legislativa digital](#) («omnibus digital»), o Parlamento Europeu adotou a sua posição sobre alterações ao Regulamento Inteligência Artificial, visando ajustar o calendário de aplicação de determinadas obrigações e introduzir novas proibições específicas. A proposta, aprovada em plenário por 569 votos a favor, 45 contra e 23 abstenções, prevê o adiamento da aplicação de regras relativas a sistemas de IA de risco elevado, de modo a assegurar que orientações e normas técnicas estejam plenamente disponíveis para apoiar as empresas. As negociações interinstitucionais com o Conselho poderão agora ter início para definir a versão final do diploma (texto [aqui](#) e detalhe [aqui](#)). Destacamos o seguinte:

- Fixação de novos prazos de aplicação:
 - 2 de dezembro de 2027 para sistemas de IA de risco elevado especificamente enumerados (incluindo biometria, infraestruturas críticas, educação, emprego, serviços essenciais, aplicação da lei, justiça e gestão de fronteiras);
 - 2 de agosto de 2028 para sistemas abrangidos por legislação setorial da UE em matéria de segurança e fiscalização do mercado.
- Obrigação de rotulagem de conteúdos gerados por IA até 2 de novembro de 2026, garantindo a identificação da origem de conteúdos áudio, imagem, vídeo ou texto.
- Nova proibição dos sistemas de “nudificação” que criem ou manipulem imagens íntimas realistas sem consentimento, com exceção de sistemas dotados de salvaguardas eficazes que impeçam tais utilizações.

Os Deputados introduziram medidas para reforçar a flexibilidade regulatória e o apoio às empresas, permitindo o tratamento de dados pessoais para corrigir enviesamentos em sistemas de IA, quando estritamente necessário, e alargando apoios às pequenas empresas de média capitalização. Defenderam ainda a adaptação das obrigações do Regulamento Inteligência Artificial para evitar sobreposições com legislação setorial. A iniciativa integra o «pacote omnibus digital» apresentado pela Comissão em novembro de 2025.

Migrações - posição do PE sobre o regulamento relativo aos regressos

O PE aprovou esta semana a abertura de negociações com o Conselho sobre o novo quadro jurídico relativo ao regresso de pessoas em situação irregular na União Europeia. Com 389 votos a favor, 206 contra e 32 abstenções, os Deputados concordaram em avançar para a fase seguinte do processo legislativo, com vista à criação de um sistema comum atualizado para o regresso de nacionais de países terceiros que não têm o direito de permanecer na UE.

A votação teve lugar após três pedidos distintos apresentados pelos grupos S&D, Verdes/ALE e Grupo da Esquerda, que contestaram as decisões adotadas em 9 de março de 2026 pela Comissão das Liberdades Cívicas (LIBE), ao abrigo do artigo 72.º do Regimento do Parlamento.

A posição negociada prevê a criação de um quadro reforçado e harmonizado para os regressos de nacionais de países terceiros em situação irregular, incluindo a emissão obrigatória de uma decisão de regresso acompanhada de uma “*ordem europeia de regresso*” válida em todo o espaço Schengen, a qual deverá ser reconhecida e executada por todos os Estados-Membros até 1 de julho de 2027. Os interessados terão a obrigação de cooperar com as autoridades, podendo ser privilegiado o regresso voluntário, mas admitindo-se a detenção até 24 meses em caso de falta de cooperação, risco de fuga ou ameaça à segurança, bem como a aplicação de alternativas à detenção, como apresentação periódica ou vigilância eletrónica.

O texto prevê ainda a possibilidade de regressos para países terceiros que aceitem receber estas pessoas com base em acordos com a UE ou com Estados-Membros (incluindo os chamados “*return hubs*”), a imposição de proibições de entrada na UE, potencialmente permanentes em casos de risco para a segurança, e o estabelecimento de um mecanismo independente de monitorização do respeito pelos direitos fundamentais durante as operações de afastamento. Pode consultar-se aqui a [posição negociada do Parlamento](#) e um [resumo dos principais pontos](#).

Outros debates e decisões

- [Futura Autoridade Aduaneira da UE terá sede em Lille, França](#)
- [Novas regras para proteger contribuintes e depositantes em falências bancárias](#)
- [Parlamento valida novas regras da UE para luta contra a corrupção](#)
- [Abuso sexual de crianças em linha: as medidas de deteção voluntária não serão alargadas](#)

Outros debates recentes:

- [Digital Markets Act: Deputados exigem ação atempada e resiliência face a pressões externas](#)
- [Democracia e eleições na era da IA: Deputados debatem a integridade eleitoral](#)
- [Crise da habitação na UE: Incentivos fiscais, renovação e menos burocracia](#)

2. MERCOSUL - ENTRADA EM VIGOR PROVISÓRIA DO ACORDO

Tal como demos nota em Sínteses anteriores (e.g. n.º [262](#)), e apesar do debate político em torno do Acordo UE-Mercosul, **é possível à Comissão Europeia aplicar provisoriamente o acordo com um ou mais países do Mercosul (Argentina, o Brasil, Paraguai e Uruguai) que tenham concluído os respetivos processos de ratificação**, sem aguardar o voto final de consentimento do Parlamento Europeu. A base jurídica no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) que permite a aplicação provisória de um acordo internacional, incluindo acordos comerciais, é o artigo 218.º, n.º 5.

Neste termos, no passado dia 23 de março, a Comissão Europeia notificou formalmente os países do Mercosul da aplicação provisória do acordo comercial intercalar UE-Mercosul (iTA), que terá início a 1 de maio de 2026. Encontra-se, assim, concluído assim o último passo processual previsto na decisão do Conselho de 9 de janeiro ([aqui](#)) relativo à assinatura e entrada em vigor provisória da dimensão comercial do Acordo. A aplicação abrangerá os países que tenham concluído os respetivos processos de ratificação e notificado a UE até ao final de março — o que já ocorreu com Argentina, Brasil e Uruguai, sendo esperado que o Paraguai envie em breve a sua notificação.

Segundo o Comissário europeu responsável pelo Comércio, Maroš Šefčovič, declarou: «*Hoje é um passo importante para demonstrar a nossa credibilidade enquanto grande parceiro comercial. A prioridade passa agora por transformar este acordo UE-Mercosul em resultados concretos, oferecendo aos exportadores europeus a plataforma de que necessitam para aproveitar novas oportunidades de comércio, crescimento e emprego. A aplicação provisória permitirá começar a cumprir essa promessa.*»

Este avanço ocorre, contudo, antes da validação pelo Parlamento Europeu, que decidiu solicitar ao Tribunal de Justiça da União Europeia um parecer sobre a compatibilidade do acordo com os Tratados da UE.

3. IMPLICAÇÕES DA PROPOSTA DE QFP 2028–2034 PARA A POLÍTICA DE COESÃO

O think-tank do PE publicou um estudo intitulado “*Navigating the European Commission’s MFF Proposal for 2028–2034*”, que analisa as implicações da proposta da Comissão para o próximo Quadro Financeiro Plurianual, em particular no que respeita à política de coesão e ao desenvolvimento regional (disponível [aqui](#)).

O relatório conclui, em primeiro lugar, que a proposta de criação de um Fundo Europeu único, operacionalizado através de Planos Nacionais e Regionais (NRPP), representa uma transformação estrutural significativa da política de coesão, sem, contudo, assentar numa lógica de intervenção suficientemente clara para atingir os seus objetivos. A proposta parte do pressuposto de que a afetação de verbas às regiões menos desenvolvidas e uma distribuição territorial equilibrada serão suficientes para promover a coesão, mas *não define de forma explícita como essas intervenções contribuem para reduzir desigualdades regionais*. Ainda assim, o modelo integrado pode gerar oportunidades relevantes, nomeadamente ao permitir respostas territoriais mais coerentes, maior flexibilidade na utilização dos fundos e uma articulação mais estreita entre investimentos e reformas estruturais.

Em segundo lugar, o estudo identifica riscos importantes ao nível da governação, destacando uma tendência para maior centralização nos Estados-Membros, em detrimento do papel tradicional das autoridades regionais e locais. Embora esta centralização possa melhorar a coordenação e a eficiência das políticas, levanta preocupações quanto ao respeito pelo princípio da subsidiariedade, à transparência e à responsabilização na gestão dos fundos. A ausência de obrigações claras quanto à participação regional e à existência de capítulos territoriais nos planos nacionais poderá enfraquecer a dimensão territorial da política de coesão e reduzir a sua capacidade de adaptação às especificidades locais.

Por último, o estudo apresenta um conjunto de recomendações políticas destinadas a mitigar estes riscos e a reforçar a eficácia do modelo proposto. Entre as principais, destaca-se a necessidade de clarificar a lógica de intervenção da coesão, alinhar os objetivos dos planos com a redução das disparidades territoriais, criar recomendações específicas da UE em matéria de coesão para orientar os Estados-Membros e introduzir avaliações obrigatórias de impacto territorial. Adicionalmente, recomenda-se maior previsibilidade e transparência na execução, bem como orientações mais claras sobre conceitos-chave — como o “direito a permanecer” — para assegurar que os instrumentos propostos se traduzem em resultados concretos para as regiões mais vulneráveis.

4. UE - AUSTRÁLIA: ACORDO DE COMÉRCIO LIVRE / SEGURANÇA E DEFESA

A União Europeia e a Austrália anunciaram a adoção de uma **nova Parceria de Segurança e Defesa e a conclusão das negociações de um acordo de comércio livre (ACL)** ambicioso, bem como o lançamento de negociações para a associação australiana ao programa Horizon Europe (detalhe [aqui](#) e [aqui](#)). Formalizadas num encontro em Camberra entre Ursula von der Leyen e Anthony Albanese, estas iniciativas surgem num contexto de crecente incerteza geopolítica e visam reforçar uma parceria estratégica assente na defesa do multilateralismo e da ordem internacional baseada em regras. No plano da segurança e defesa, o acordo estabelece um quadro estruturado de cooperação política e operacional, incluindo diálogos regulares, reforço da participação em missões e operações, e colaboração em áreas como cibersegurança, segurança marítima, combate a ameaças híbridas e desenvolvimento de tecnologias emergentes, com particular enfoque na região do Indo-Pacífico.

Paralelamente, o **acordo de comércio livre** abre perspetivas económicas significativas, prevendo a eliminação de mais de 99% dos direitos aduaneiros sobre exportações da UE e uma redução anual de cerca de mil milhões de euros em tarifas (detalhe [aqui](#)), com impactos positivos em setores como os produtos lácteos, automóveis e químicos, bem como no aumento do investimento europeu. O acordo facilita ainda o acesso a contratos públicos australianos, estabelece regras sobre fluxos de dados e reforça a segurança das cadeias de abastecimento, nomeadamente em matérias-primas críticas. Inclui igualmente compromissos vinculativos em matéria de sustentabilidade, direitos laborais e Acordo de Paris, bem como salvaguardas para setores agrícolas sensíveis e proteção de indicações geográficas, devendo agora seguir os procedimentos internos da UE, incluindo aprovação pelo Parlamento Europeu, antes da sua entrada em vigor.

5. COMISSÃO EUROPEIA

Comissão lança programa AGILE para acelerar inovação no domínio da defesa

A Comissão Europeia apresentou o programa AGILE, um instrumento financeiro de 115 milhões de euros destinado a acelerar o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias disruptivas no domínio da defesa, com foco em PME e startups. A iniciativa responde às lições da guerra na Ucrânia, evidenciando a necessidade de ciclos de inovação mais rápidos e da rápida integração de novas tecnologias no terreno.

O programa permitirá decisões de financiamento em cerca de quatro meses e a aplicação operacional das tecnologias entre um e três anos, apoiando projetos em áreas como inteligência artificial, computação quântica e drones, com financiamento até 100% dos custos elegíveis. Como destacou Henna Virkkunen, o objetivo é “criar uma cultura de ação rápida” e integrar rapidamente soluções inovadoras nas capacidades de defesa europeias.

Para mais informações: [Proposta de regulamento que institui o AGILE](#); [Ficha informativa](#).

Comissão lança estratégia europeia integrada contra incêndios florestais

Perante o aumento da frequência e intensidade dos incêndios florestais — com mais de um milhão de hectares ardidos em 2025 — a Comissão Europeia apresentou uma estratégia integrada que cobre prevenção, preparação, resposta e recuperação, visando reforçar a resiliência da UE. A abordagem privilegia a prevenção baseada nos ecossistemas, incluindo a restauração da natureza e a adaptação dos sítios Natura 2000, bem como o reforço do planeamento e da consciencialização pública.

A estratégia inclui ainda o reforço das capacidades operacionais, nomeadamente através do alargamento da frota rescEU, do desenvolvimento de sistemas de alerta precoce com recurso ao Copernicus e da utilização de ferramentas de modelização apoiadas por inteligência artificial. Como sublinhou Teresa Ribera, “o reforço das nossas capacidades de prevenção e resiliência (...) ajudará a reduzir os riscos mais perigosos e os custos e danos”.

A Comissão propõe igualmente melhorar a recolha de dados, apoiar a recuperação pós-incêndio e promover uma cultura europeia de preparação.

Para mais informações: [Comunicação sobre a gestão integrada dos riscos de incêndios florestais](#); [Perguntas e respostas sobre a gestão integrada dos riscos de incêndios florestais](#); [Ficha informativa](#).

Plataformas pornográficas sob investigação por violação do DSA

A Comissão Europeia concluiu, a título preliminar, que plataformas como [Pornhub](#), [Stripchat](#), [XNXX](#) e [XVideos](#) não cumprem as obrigações do Regulamento dos Serviços Digitais (DSA) no que respeita à proteção de menores, permitindo o acesso a conteúdos pornográficos através de mecanismos insuficientes (detalhe [aqui](#)). As conclusões apontam falhas significativas na avaliação de riscos, com metodologias incompletas e uma abordagem centrada em riscos reputacionais, em detrimento dos impactos sociais sobre os menores.

No plano das medidas de mitigação, a Comissão considera que soluções como a autodeclaração de idade, avisos ou desfocagem de conteúdos não são eficazes, defendendo a adoção de sistemas de verificação de idade que respeitem a privacidade. Como salientou Henna Virkkunen, “*as plataformas devem pôr em prática medidas sólidas (...) para manter os menores afastados dos seus serviços*”. Caso as conclusões sejam confirmadas, poderão ser aplicadas coimas até 6% do volume de negócios global.

UE prepara adesão como membro fundador do Tribunal especial para a Ucrânia

A Comissão Europeia propôs iniciar o processo para que a [União Europeia se torne membro fundador do Tribunal especial para o crime de agressão contra a Ucrânia](#), criado na sequência do acordo entre a Ucrânia e o Conselho da Europa de junho de 2025. A proposta, que carece de aprovação dos Estados-Membros, permitirá à UE desempenhar um papel central no funcionamento do Tribunal, incluindo no seu comité de gestão, com o objetivo de responsabilizar os mais altos dirigentes políticos e militares pela agressão. A UE já contribuiu para a criação do Tribunal, incluindo através de apoio técnico e de uma contribuição financeira de 10 milhões de euros (detalhe [aqui](#)).

6. ELEIÇÕES LEGISLATIVAS NA DINAMARCA

Realizaram-se, a 24 de março de 2026, **eleições legislativas na Dinamarca**, cujo resultado não permitiu uma maioria clara para a formação de governo, abrindo um período de negociações potencialmente prolongado. O tradicional *bloco de centro-esquerda* (“*red bloc*”) obteve 84 dos 90 lugares necessários para maioria, enquanto o bloco de *centro-direita* (“*blue bloc*”) alcançou 77 mandatos. O partido *Moderados*, liderado por Lars Løkke Rasmussen (atual MNE e ex-Primeiro-Ministro), com 14 lugares, surge como ator central para qualquer solução governativa. Os três partidos do governo cessante — Social-Democrata, Liberal e Moderados — registaram perdas, sendo de assinalar que o Partido Social-Democrata, da atual Primeira-Ministra Mette Frederiksen, apesar de continuar a ser o maior, obteve o seu pior resultado desde 1903.

O novo Parlamento ([Folketing](#)) passa a ser composto por 12 partidos, incluindo uma nova força política, o Partido dos Cidadãos, e reflete uma maior fragmentação do sistema político. Destacam-se ganhos do Partido Popular Dinamarquês (+11 lugares) e do Partido Verde (+5), bem como perdas significativas dos Social-Democratas (-12) e dos Liberais (-5). Na sequência da primeira ronda de consultas conduzida pelo Chefe de Estado (de natureza cerimonial), a Primeira-Ministra em funções, Mette Frederiksen, recebeu o mandato para explorar a formação de um governo com base numa solução entre Social-Democratas, Verdes e Liberais Sociais. A composição final do executivo permanece, contudo, incerta. A participação eleitoral situou-se em 83,98%, o valor mais baixo em 36 anos, ainda que próximo do registado em 2022. O novo Parlamento conta

com 179 membros, incluindo representantes da Gronelândia e das Ilhas Faroé, e apresenta a maior percentagem de mulheres de sempre (48%) e a idade média mais baixa (43,9 anos).

O processo de formação do novo governo e a eleição das lideranças parlamentares deverão evoluir nas próximas semanas. **Resultados:**

Party	Political Family	Seats 2026	Seats compared to 2022	Percentage of the vote
The Social Democratic Party	S&D	38	-12	21,9
The Green Left	The Greens	20	+5	11,6
The Liberal Party	Renew	18	-5	10,1
The Liberal Alliance	EPP	16	+2	9,4
The Danish People's Party	PEF	16	+11	9,1
The Moderates	Renew	14	-2	7,7
The Conservative Party	EPP	13	+3	7,6
The Red-Green Alliance	The Left	11	+2	6,3
The Danish Social Liberal Party	Renew	10	+3	5,8
The Denmark Democrats	ECR	10	-4	5,8
The Alternative	Non-affiliated	5	-1	2,6
The Citizen's Party	Non-affiliated	4	-	2,1

7. ELEIÇÕES LEGISLATIVAS NA ESLOVÉNIA

Realizaram-se, a 22 de março de 2026, **eleições legislativas na Eslovénia**, que resultaram num Parlamento fragmentado e sem maioria clara, abrindo um período de negociações complexas para a formação de governo. Foram eleitos 90 Deputados por representação proporcional (limiar de 4%), com uma participação de 69,3%, ligeiramente inferior à de 2022. Sete partidos entraram no Parlamento, refletindo um aumento da fragmentação política. O Movimento Liberdade (Renew), do atual Primeiro-Ministro Robert Golob, manteve-se como a maior força com 29 lugares, apesar de perdas significativas (-12), seguido do Partido Democrático Esloveno (PPE, do anterior Primeiro-Ministro Janez Janša) com 28 mandatos (+4). Destacam-se ainda a presença reforçada de partidos médios e a entrada de uma nova força populista, o Resni.ca, com 5 lugares.

O resultado eleitoral revelou um parlamento sem maioria (“hung parliament”), com o bloco de centro-direita a reunir 43 mandatos e o bloco de centro-esquerda, até então no governo, a descer para 40, abaixo dos 46 necessários para governar. Os partidos menores assumem, assim, um papel decisivo nas negociações, sendo provável a formação de uma coligação fora dos alinhamentos tradicionais. A posição do Resni.ca permanece

incerta, podendo influenciar o desfecho das negociações, enquanto os dois Deputados das minorias nacionais (húngara e italiana), tradicionalmente alinhados com o governo, poderão igualmente desempenhar um papel relevante.

Resultados:

Party	European Group	Seats 2026	% of Vote 2026	Seats vs 2022
Freedom Movement	Renew Europe	29	28.6 %	-12
SDS - Slovenian Democratic Party	EPP	28	28.0 %	+4
N.Si - New Slovenia	EPP	9	9.3 %	+1
SD - Social Democrats	S&D	6	6.7 %	-1
Democrats	-	6	6.7 %	+3
The Left	The Left	5	5.6 %	0
Resni.ca	-	5	5.5 %	new
National Minorities	-	2	/	0

O novo cenário político reflete uma maior polarização e fragmentação face a 2022, antecipando negociações prolongadas e incerteza quanto à estabilidade do futuro executivo, não sendo excluída a possibilidade de eleições antecipadas como último recurso. O calendário institucional prevê a sessão inaugural do parlamento a 10 de abril, a formação dos grupos parlamentares até 17 de abril e a designação dos órgãos internos até 11 de maio, data limite também para a apresentação de um candidato a Primeiro-Ministro, cuja eleição deverá ocorrer poucos dias depois.

8. ORDEM DE MÉRITO EUROPEIA

O PE anunciou, em Estrasburgo, os primeiros laureados da Ordem Europeia do Mérito, uma distinção civil criada por ocasião do 75.º aniversário da Declaração Schuman para reconhecer contributos relevantes para a integração europeia e para a promoção dos valores europeus (detalhe [aqui](#) e decisão oficial publicada [aqui](#)). A Presidente Roberta Metsola sublinhou que a iniciativa visa homenagear personalidades que “*não acreditaram simplesmente na Europa, mas que ajudaram a construí-la*”, sendo a seleção efetuada por um comité composto por dirigentes do PE e por figuras europeias de relevo, com base em propostas apresentadas por chefes de Estado ou de Governo, presidentes de Parlamentos nacionais e responsáveis das instituições europeias.

Entre os *Membros Insignes* figuram Ângela Merkel, Lech Wałęsa e Volodymyr Zelensky. Como *Membros Honorários*, foi distinguido, entre outros, **o antigo Presidente da República e ex-Primeiro-Ministro de Portugal Aníbal Cavaco Silva**. A cerimónia oficial terá lugar na sessão plenária de 18 a 21 de maio, em Estrasburgo.

9. COOPERAÇÃO PARLAMENTAR BILATERAL PORTUGAL-ESPANHA: CAE

A Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República realizou uma visita de trabalho às Cortes Generales, em Madrid, nos dias 1 e 2 de março de 2026, no quadro da COSAC, dando continuidade a um processo estruturado de cooperação bilateral iniciado com a visita, a 19 e 20 de janeiro de 2025 (detalhe aqui, na Síntese n.º [228](#)), de uma delegação da Comissão Mista para os Assuntos da União Europeia das Cortes Gerais à Assembleia da República. Essa reunião inaugural marcou o arranque de um diálogo interparlamentar reforçado entre as duas comissões homólogas, com vista a aprofundar o relacionamento político e institucional entre os dois parlamentos e a intensificar a coordenação no acompanhamento dos assuntos europeus.

A delegação portuguesa foi chefiada pela *Deputada Edite Estrela (PS), Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, integrando o Deputado José Dias Fernandes (CH), Vice-Presidente da Comissão, a Deputada Adriana Rodrigues (PSD), a Deputada Patrícia Nascimento (CH), o Deputado Eduardo Pinheiro (PS), o Deputado Jorge Miguel Teixeira (IL), e o Deputado Paulo Muacho (L)*. A visita compreendeu um jantar oficial de boas-vindas, oferecido pelo Presidente da Comissão Mista para a União Europeia das Cortes Generales, e um programa de trabalho no Congresso dos Deputados.



Os trabalhos incidiram sobre três grandes temas: as prioridades da Presidência cipriota do Conselho da UE, os desafios geopolíticos atuais, especialmente para os países do Sul da União, e o novo Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034. No primeiro eixo, destacou-se a visão cipriota de uma “*União autónoma, aberta ao mundo*”, assente na segurança e defesa, competitividade, coesão social, resiliência democrática, migração, alargamento e projeção externa, com especial ênfase no apoio à Ucrânia, no reforço da prontidão de defesa, na segurança marítima, na segurança económica e na implementação do Pacto sobre Migração e Asilo. No segundo, foram debatidas as implicações para os países do Sul da UE da guerra na Ucrânia, da situação no Médio Oriente, do Pacto para o Mediterrâneo, da migração e da segurança energética. No terceiro, a discussão centrou-se na proposta da Comissão para o próximo QFP, nomeadamente os Planos de Parceria Nacionais e Regionais, as novas prioridades orçamentais e os riscos identificados quanto ao equilíbrio institucional, à política de coesão e a uma eventual “*renacionalização*” das políticas europeias.

10. CONFERÊNCIA “DESINFORMAÇÃO E DEMOCRACIA

A Assembleia da República acolheu, a 4 de março de 2026, a conferência “*Desinformação e Democracia*”, que assinalou a sessão inaugural do ciclo “*ConferenciAR em Democracia*”. A iniciativa reuniu Delphine Colard, Porta-Voz do PE, Inês Sousa Guedes (Universidade do Porto), Luísa Meireles (Agência Lusa) e José Pacheco Pereira, sob moderação de Emídio Guerreiro, proporcionando um debate multidisciplinar sobre os desafios que a desinformação coloca às sociedades contemporâneas.

Na sua intervenção, o Vice-Presidente da Assembleia da República, Rodrigo Saraiva (IL), enquadrou a desinformação como um desafio estrutural às democracias liberais, sublinhando que “*discutir desinformação é discutir poder, mas é também discutir verdade*”, construída no confronto livre de ideias. Embora o fenómeno

não seja novo, destacou que a sua atual escala, velocidade e sofisticação tecnológica — potenciadas pelas redes digitais e pela inteligência artificial — transformaram profundamente o ambiente informativo, ao ponto de “*a própria evidência visual deixar de ser prova suficiente*”. Neste contexto, advertiu que a desinformação não visa apenas convencer, mas “*corroer esse consenso mínimo*” de factos indispensável ao debate democrático, gerando incerteza, desconfiança e fragilização da legitimidade das instituições, num quadro que se cruza também com estratégias de guerra híbrida, mas que tem igualmente origens internas nas próprias sociedades democráticas.

Como resposta, defendeu uma abordagem multidimensional assente na **literacia (mediática, digital, política e económica)**, na responsabilidade individual — lembrando que “*cada partilha apressada contribui para a degradação do espaço público*” — e no **reforço do papel do jornalismo** como “*uma das principais barreiras contra a mentira organizada*”. Sublinhou ainda a importância da transparência institucional e de uma regulação tecnológica prudente, alertando que “*o combate à desinformação não pode transformar-se num pretexto para vigilância excessiva*” e que “*a censura (...) não é solução*”. Concluiu afirmando que “*a resposta à desinformação não é menos liberdade. É mais maturidade*”, defendendo mais educação, mais responsabilidade cívica, mais cooperação internacional e uma democracia “*mais forte, mais consciente e mais exigente consigo própria*”.

O vídeo completo está disponível [aqui](#) e sumário em vídeo [aqui](#).

11. REUNIÕES DO CONSELHO

As reuniões do Conselho no mês de março podem ser consultadas [aqui](#).

12. AGENDA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade externa do PE. Terão lugar visitas do Grupo de Trabalho do RRF e da [Comissão HOUS](#) a Portugal.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [13 de abril](#), com um debate de orientação sobre as relações UE - China.

Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível: 30 de março [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#); 31 de março - [Reunião informal dos ministros da Competitividade \(Investigação\)](#).

Bruxelas | 27 de março de 2026

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) e [aqui](#) (base pesquisável)